

Extensão e Desenvolvimento Regional: Discurso das Universidades Comunitárias do RS

Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Resumo

Este artigo mostra que a extensão é fruto da evolução, complexificação e diferenciação do sistema universitário mas que vem contribuindo na manutenção, reprodução, identificação da especificidade da universidade diante de outros setores sociais. Mostra também que as universidades comunitárias são também organizações complexas, movidas por diferentes interesses e possibilidades, tornando difícil a identificação de suas funções sociais e seus limites. No entanto, devido a forma como foram criadas e organizadas e como traçaram suas trajetórias de relações com seu entorno, constituíram-se em instituições especiais: são universidades marcadas pelas atividades de extensão fruto da perspectiva de construir o desenvolvimento regional. Nesse sentido a diferenciação deste tipo de universidade é alimentada de dentro e de fora, especialmente no caso das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, uma vez que esta diferenciação está ligada ao forte discurso de extensão e apresentadas como modelo alternativo à dicotomia público/privado. Este “público-não-estatal”, brotado da sociedade civil, tem dimensões diferentes entre os planejadores de ações e os executores das atividades de extensão, revelando contribuições para a construção da identidade institucional, mas também as dicotomias, hiatos, contradições entre o dito e o feito.

Autor

Enio Waldi da Silva - doutor em sociologia

Instituição

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

Palavras-chave: extensão; desenvolvimento; discurso

Introdução e objetivo

A universidade é uma das instituições sociais que acompanhou a complexidade da sociedade contemporânea tornando-se também complexa, multifuncional, com difícil definição das suas especificidades e inserida em um campo formado por diferentes interesses.

A universidade, hoje, é uma instituição de fundamental importância justamente por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação em nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura.

As variadas funções que a universidade vem cumprindo em diversas épocas, em diferentes países e, até mesmo, dentro de um mesmo país ou região, são definidas conforme as relações estabelecidas com a sociedade política e a civil. Os diferentes interesses do Estado, dos setores econômico-sociais, das comunidades e dos próprios membros da universidade fizeram-na manter, constantemente, vigorosas discussões sobre seus fins, sua especificidade e sua identidade.

Dentre as muitas funções que assumiu ao longo da sua história, a universidade abarcou desde a função de criação de cultura geral até a formação de profissionais para as diferentes atividades que, socialmente, foram sendo demandadas. Gradativamente, foram-se agregando a ela a função de pesquisa, de produção de conhecimentos e de técnicas para as múltiplas

necessidades sociais. Nos últimos tempos acrescentou-se ainda a função de extensão como forma de poder dar respostas às exigências dela abrir-se mais amplamente para a sociedade.

As universidades mantiveram o discurso de que suas funções básicas eram o de desenvolvimento da sociedade em seu entorno. Tal entorno, comumente chamado de região, dependia, no entanto, de outros fatores não ligados diretamente a universidade. Assim, cada uma, região e sociedade, modificaram-se sem ter claro como, de fato, uma influenciou na modificação (transformação) da outra.

As Universidades Comunitárias mantêm um forte discurso de desenvolvimento regional e afirmam ser as atividades extensionistas que mais as representam e expressam os esforços feitos para cumprir essa função desenvolvimentista.

Nossa pesquisa busca compreender o significado destas concepções e detectar quais são os limites e as possibilidades da extensão universitárias realizadas.

Metodologia

A pesquisa foi realizada pelo viés dos discursos e orais e escritos dos atores. Os discursos escritos estão expressos nos estatutos, regimentos, programas, projetos e relatórios que imprimem os sentidos dados por meio dos planejamentos e por práticas efetivas, mas só serão completados pelos dados orais, especialmente daqueles que estão dedicados às atividades de extensão, vivenciando sua cotidianidade, problemas e perspectivas.

Nos valem, então, da metodologia de análise de documentos, de entrevista e de análise de conteúdo. Fizemos um recorte que pudesse representar o universo das universidades comunitárias, oriundas de contextos geopolíticos e econômicos diferentes e, conseqüentemente, com complexidades também diferentes: Universidade de Caxias do Sul – UCS - Norte do Estado, região norte mais metropolitana e ligada a produção industrial metal-mecânica; Universidade Católica de Pelotas – UCPel - região Sul do Estado, media densidade populacional e base econômica advinda do comércio e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI - região Noroeste do Estado, baixa densidade populacional e ligada a atividade de pequena produção agrícola).

Resultados e discussão

É de longo tempo a compreensão de que a universidade deveria promover a extensão do saber por ela produzido. O ensino foi sua função primeira, passando, posteriormente, para a pesquisa e, somente nos últimos tempos, foi-lhe acrescida a função de extensão. Isto é, se o ensino é algo *sui generis* e a pesquisa uma identidade conquistada para uma instituição produtora de conhecimentos (com seu caráter específico, portanto), compreende-se, agora, que essas duas funções devam apresentar a capacidade de ser estendidas a um público que se encontram além de seus muros. É esse ‘lado comunicativo’ do saber, presente no ensino e na pesquisa, que se pode, idealmente, chamar de extensão universitária. A extensão é defendida como uma expressão do compromisso social que deveria estar explícito no próprio conceito de universidade, uma concepção que se origina no instante em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou, ainda, quando se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais.

Hoje se vê na universidade uma multiplicidade de idéias, a pluralidade de ações e o empenho por determinar seus fins na diversa realidade social em que se situa, como forma de buscar sua legitimidade. O papel social, inspirado no princípio da autonomia, choca-se com as relações que a própria universidade constrói e mantém, ora de maneira mais sistemática, ora mais livre e generalizada, com os mais diversos setores da sociedade. Como o “papel” ou a “função” é determinado de acordo com uma necessidade a que corresponde, sempre estão condicionados pela historicidade social.

A pluralidade das ações, a diversidade de modelos existente e as diferentes funções que cumpre nos diferentes países levam muitos estudiosos a não mais chamá-la de universidade, mas de multiversidade ou pluriversidade. Esta característica de multiplicidade tem suas defesas e suas condenações: as defesas são justificadas nas exigências da sociedade, carente de ação universitária útil, efetiva e eficiente, que a auxiliasse a resolver seus problemas. As condenações estão baseadas no pragmatismo das ações que a instrumentaliza e a torna ajustada aos interesses dos controladores do mercado. Assim, a instituição encontra-se em meio a uma difícil e perplexa rediscussão de seus fins, que devem estar além da aculturação, da pesquisa isolada e de formação profissionais.

Se, por um lado, a universidade não pode virar as costas para a pluralidade de aspirações e exigências, por outro, não pode esquecer sua história, abrindo mão da função de organizadora, articuladora e produtora de conhecimentos, com o fim de formar indivíduos em nível superior. Muito menos, pode deixar de ser investigadora, com fins de criar conhecimentos novos para fazer avançar a ciência e a tecnologia. Além disso, teria que criar formas de difundir seus feitos mais amplamente, atuando fora de seus laboratórios, de suas salas de aula, bibliotecas e auditórios e junto à população, sem ser confundida com simples agência de desenvolvimento controlada por elites, aquelas mesmas que orientam a vida social, política, econômica e cultural.

No Rio Grande do Sul estas discussões deram-se muito intensamente nos anos de 1990, quando temia-se que a universidade perdesse suas dimensões e passasse a ser reformulada a revelia de seus atores. Todas as discussões giravam em torno da perspectiva de mostrar a dimensão social dos fins da universidade: a construção da cidadania, a obtenção de um conjunto de atividades que reforçassem os interesses por uma nova esfera pública, bem como a discussão sobre alternativas para o mundo da produção (economia), que estivessem além do mero produtivismo, da cultura do consumismo e fossem alternativas eficazes, e acima de tudo, sustentáveis: em outras palavras, a retomada do discurso de desenvolvimento regional.

Nesse contexto, realçavam-se as idéias de que qualquer ação planejada pela universidade, tanto para as realidades internas como externas, deveria ter dimensão acadêmico-científica. É nesse ponto que se percebeu que a extensão universitária poderia ser um canal para cumprir esse papel que, em um primeiro momento, poderia auscultar a sociedade, ao mesmo tempo em que poderia fazer a comunicação entre a universidade e sociedade, planejando e executando intervenções.

As questões que se colocam são, pois, se a extensão vem fazendo com que a universidade esteja mais voltada para o mundo social e o que dizem os atores da instituição sobre isso. buscar saber que significado está sendo dado a extensão; quais as correspondências existentes entre as concepções e as práticas; qual é o espaço que a extensão ocupa no conjunto das atividades acadêmicas e quais são os problemas e as perspectivas relativas a ela. A grandeza desse processo não pode ser avaliada de forma simplista e generalizada. As experiências são riquíssimas e exigem estudos profundos para que se possa entender melhor as características que configuram a atual situação da extensão universitária.

Muitos passaram a apresentar propostas a partir da compreensão de que os compromissos sociais deveriam estar implícitos nos discursos das ciências e na produção de conhecimentos (discurso de agentes universitários mais comprometidos com a comunidade científica de pesquisadores), numa contraposição aos discursos mercadológicos, cuja intenção é fazer, da universidade, um departamento de empresa (engessado pelos interesses de lucros individuais e imediatos), mesmo correndo o risco de isolar a universidade dos setores sociais. Ao se desejar que a universidade preste os serviços demandados pela sociedade e, com isso, por assim fazer, busque a auto-sustentação financeira da instituição (discurso de agentes

universitários com mentalidade/racionalidade empresarial, neoliberais e governistas), corre-se o risco de perder o sentido da universidade ou, pelo menos, de transformá-lo radicalmente.

Existem, ainda, os defensores de um novo caráter para a extensão como a função primeira de uma universidade cidadã, ligada aos problemas da maioria da população (esse discurso refere-se mais aos intelectuais militantes de esquerda, agentes universitários que têm sua trajetória imersa em comunidades carentes, missionários). Neste caso, corre-se o risco da universidade desempenhar uma atividade que é de competência do Estado.

Essas propostas diferentes (voltar as universidades mais para fora, para o social) provocaram, também, discussões sobre o papel que a extensão universitária deveria cumprir nesse processo. Nas universidades públicas, onde a extensão sempre foi vista como complemento a outras atividades de ensino e pesquisa, criou-se um certo clima extensionista, com vigorosos debates sobre autonomia universitária, políticas para o setor, formas de avaliação e reestruturação da extensão. Promoveram-se variados eventos que buscavam destacar as atividades realizadas junto aos setores sociais.

Nas universidades privadas, por sua vez, procurou-se acentuar as atividades que vinham sendo desenvolvidas há mais tempo, marcadas pela prática de prestação de serviços remunerados.

Estudos efetivados mostram que a extensão foi implantada de forma semelhante no Brasil: prevaleceu a compreensão de que essas atividades compreendem todas aquelas tarefas que se realizam “fora da sala de aula”. Nas políticas de extensão, prevalecia a compreensão de que a universidade era a única portadora do conhecimento científico e tecnológico e que, do outro lado do muro, estava a comunidade, com seus dramas, suas necessidades, sua população desintegrada e incapaz de compreender e resolver seus problemas.

Uma experiência diferencial é o que podemos notar nas práticas de extensão advindas das universidades comunitárias. Antes de tratarmos desta extensão vamos caracterizar os aspectos diferenciais dessas universidades que fogem da dicotomia público e privado e se colocam como uma nova via, um novo modelo que é público, mas não é estatal.

As universidades comunitárias – a característica fundamental e diferencial do sistema de ensino superior do RS é a presença de muitas instituições comunitárias e a não existência de universidade com caráter especificamente empresarial. Das 16 universidades existentes no Estado, 5 são públicas federais e as outras são privadas. No entanto, não são privadas no sentido empresarial, pois 7 delas são comunitárias e 4 confessionais e somente no ano de 2002 teve início o funcionamento uma universidade pública estadual.

A expressão ‘universidade comunitária’ é um conceito e uma prática ainda em construção criada, que emergiu a partir de necessidades da sociedade regional, de seus interesses, valores ou motivações e que envolvem diferentes agentes sociais. No final da década de 1980, quando foram definidas as políticas públicas para o ensino superior, o termo teve um caráter utilitário, servindo como contraposição ao discurso privatista. O tema e a problemática da universidade comunitária constituiu-se, também, em uma provocação ao debate sobre o papel da universidade na sociedade brasileira.

A compreensão do que seja universidade comunitária ainda é assunto polêmico, mas muito presente nas universidades interioranas. No Rio Grande do Sul existem nove universidades, que assim se intitulam e contam com 42 campi universitários, abrangendo 380 municípios, 130 mil alunos, 6 mil professores, 5 mil funcionários técnicos-administrativos. Em termos comparativos, se fosse um corpo unitário de instituição, como chegou a ser cogitado nas discussões sobre a criação do COMUNG, seria o maior sistema de educação superior do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil.

A função social pública destas universidades não é só evidente como também exemplar. Embora seja um projeto em devir, em construção e sua trajetória de articulação em

conjunto seja recente, ele é um projeto que está na pauta dos debates sobre a política pública cabível para o Brasil neste momento.

As universidades comunitárias representam um embrião de um ideal de universidade pública que expressa a razão pública de interesses universais eqüânimes. Nasceram não só da falta de razão pública do Estado nacional, mas também do interesse em criar um lugar para se gestar uma vida coletiva emancipada. No decorrer de suas trajetórias não tinham confiança no Estado, mas lutavam pela democratização deste com a perspectiva de fazer parte do espaço estatal.

Em síntese, os debates sobre esse caráter comunitários assentam-se sobre os seguintes sentidos construídos: pelo modo como surgiram: das necessidades sociais ancoradas em líderes comunitários populares; pelo modo como traçaram suas trajetórias: empreendimentos voltados para a organização popular, inclusão, cidadania e para a construção da esfera pública nacional. (sempre defenderam a educação gratuitas em todos os níveis e como espaço público no qual se funda a racionalidade da organização da nação); pelo modo como se organizaram e funcionaram: equidade de poderes entre áreas, diálogos acadêmicos em todos os espaços e programas, rotatividade administrativa feita pelos atores internos, presença de membros dos setores da comunidade na administração, setores específicos para atender (auscultar) a comunidade, diversas instâncias de decisão interna; pelos ideais que defendiam: emancipação humana, ampliação do espaço público, liberdade e igualdade na totalidade da sociedade e educação gratuita; pelo modo como atuaram seus atores: organização democrática abrangendo as relações entre administração, docentes, funcionários e alunos, identidade com movimentos comunitários, discursos pela autonomia reflexiva do homem, pesquisas inseridas no mundo social, dedicação de parte do tempo em ativismo de intelectuais militantes em: sindicatos populares, organizações familiares, cooperativas; pela organização acadêmica da vida formativa: formação humanística, laica e cidadã, avaliação constante de suas ações; pelo destino do patrimônio resultante das atividades articuladas do ensino pesquisa e extensão: nenhum compromisso com grupos fechados orientadores do modo de agir, sejam eles seitas, partidos ou empresas, todo o patrimônio destinado a fins públicos (sem donos específicos), estruturas que impedem a criação de grupos com privilégios funcionais ou financeiros, transparências em todos os atos.

Conseqüentemente, uma das características da universidade comunitária que, evidentemente, não tem a confissão e a ideologia como especificidade e distinção, é a participação da comunidade nas tomadas de decisões. A exigência legal, no caso das comunitárias, é quase que uma redundância, considerando serem elas, oriundas da organização de setores representativos das comunidades regionais. No entanto, a exigência tem sua importância, no entanto, no sentido de garantir que a universidade comunitária seja uma organização aberta para a comunidade e não fechada em grupos ou associações, o que as fazem diferentes das confessionais.

É preciso salientar que muitas lideranças de universidades comunitárias laicas defendem a idéia de que as confessionais têm um problema desde sua origem, que é a ligação com credos religiosos, com as religiões. Embora fosse estratégica a união de todas as IES para enfrentar a política do ensino superior que se estruturava a partir de 1990, em alguns momentos, porém, as comunitárias se uniram separadamente das confessionais, para mostrar as suas diferenças e características. Foi esse o objetivo do Consórcio das Universidades Gaúchas – COMUNG - integrado por oito instituições (URI, URCAMP, UCS, UCPel, FEEVALE, UPF, UNICRUZ, UNISC e UNIJUÍ).

Nesse contexto é possível encontrar importantes experiências de extensão, as quais representam práticas novas, fundantes de uma natureza chamada “pública não-estatal”, e que expressa o interesse em construir espaços de educação acessíveis ao maior número possível de indivíduos. Os esforços no sentido de deixar esses espaços cada vez mais amplos e

democráticos, fizeram com que as universidades comunitárias, desde suas origens, criassem raízes de natureza e característica extensionistas, com suas ações junto às organizações comunitárias da sociedade civil, sem fins lucrativos.

Conclusões

O conceito e a prática de extensão tornaram-se assunto muito polêmico, justamente por estarem ligados aos diferentes interesses que propunham a aproximação efetiva entre a universidade e a sociedade. Nos documentos estudados o termo extensão relaciona-se ao entendimento do processo de integração da universidade ao contexto regional; à vinculação do ensino e da pesquisa, às necessidades sociais; ao aprender e ensinar de alunos e professores junto à realidade da população; à contribuição da universidade para o aprofundamento da cidadania organizativa da sociedade; à produção de conhecimentos resultantes da troca de saberes acadêmicos e populares, enfim, à transformação da universidade e da sociedade.

Mesmo que uma grande parcela de atores da universidade atribuam grande importância à extensão universitária, não existe correspondência entre suas concepções e suas práticas. As concepções estão envolvidas em idealismos de um possível vir a ser e as práticas estão marcadas por imediatismos e iniciativas militantes de atores individuais, produzindo pouca ressonância no conjunto das atividades acadêmicas da universidade.

Entre esses atores há grandes divergências quanto ao que se faz como extensão e o que se deveria fazer. Para uns, é uma questão de um novo paradigma para a universidade; para outros, é apenas uma questão de melhor rearticular o ensino e a pesquisa. Existem, ainda, aqueles que acreditam tratar-se de um compromisso com a cidadania e construção de uma nova esfera pública. Assim. É possível perceber que aqueles que estão mais ligados as exigências dos setores externos à universidade reiteram o enquadramento da extensão nas estratégias de mercado, como forma de auxiliar os setores a serem mais lucrativos (prestação de serviços), justificando-a nas perspectivas de sustentabilidade financeira das universidades.

Constata-se, portanto a existência, em cada universidade, de um modo particular de considerar o lugar da extensão. Para algumas, ela ainda é um conceito impreciso, que precisa ser construído. Para outras, já existe uma compreensão mais ou menos elaborada, fruto de uma longa trajetória de relações com a sociedade à sua volta. Os discursos fortalecem a idéia da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, já presente nas leis sobre o ensino superior; mas os atores percebem o abissal descaso com a extensão. Em muitas universidades trata-se, na verdade, de (re)inventar a extensão e seu conceito e de construir seus aspectos identificadores.

As ênfases que mostram que a extensão na universidade não é fruto do acaso ou da imposição, mas da tentativa de se criar uma política acadêmica implicada nos próprios fins institucionais. Em muitos casos ela é compreendida como uma resposta ao avanço da organização da sociedade civil, auxiliando na ampliação dos espaços de participação social e política, incentivando o surgimento de novos atores sociais, capazes de entender os benefícios da ciência e as potencialidades existentes na universidade em contribuir para a resolução de problemas presentes no cotidiano da população.

Na maioria, no entanto, há belas intenções nos discursos, mas gigantescas deficiências na efetivação prática, o que denota uma falta de compreensão mais real do papel e do lugar da extensão na universidade. Talvez seja impossível haver uma consensualidade para a extensão, pois ela está muito ligada à dimensão estrutural de cada instituição e ao que cada universidade entende ser sua responsabilidade social. A extensão é o que existe de menos formal na universidade porque é a expressão do lado social da instituição, ficando ao sabor das demandas, que são inconstantes, variadas, imediatas, etc.

Nas universidades comunitárias prevalece um discurso que se fundamenta no social, no desenvolvimento. Elas se dizem portadoras da experiência extensionista fruto da sua

própria natureza, da forma como emergiram como instituição, sendo inclusive esse um motivo de orgulho para elas. Compreendem que tinham esta vocação e já que não podiam ser excelentes na pesquisa (devido, principalmente, à falta de recursos), poderiam ter na extensão, como uma característica determinante, a reunião de forças capazes de integrar as comunidades e auxiliá-las nas resoluções de seus problemas, já que era evidente a ausência do governo para este fim.

Os discursos sobre a extensão defendem sua consolidação como atividade universitária e não como prática marginal da academia. Mas, isto esbarra na dificuldade de efetivação de uma cultura universitária que compreenda a extensão como prática acadêmica e enfrenta o obstáculo de criar condições estruturais para implementar tais objetivações. É, também, um outro obstáculo, o fato de os principais atores (os docentes) não assumirem a extensão integrada ao ensino e a pesquisa, parte por estarem impregnados da visão da universidade como ente voltado à pesquisa, inclusive sendo uma das poucas maneiras de valorização/qualificação que têm, hoje, junto aos órgãos de fomento ou à comunidade científica e parte por não terem compreendido as inúmeras potencialidades que abrem para a construção de conhecimento a partir dessas atividades.

Embora não se possa afirmar que as finalidades desenvolvimentistas deram certo é possível dizer que as noções diversas desse desenvolvimento determinaram a existência de características e trajetórias diferentes entre as instituições. Por outro lado se essas universidades nasceram com uma perspectiva de construir desenvolvimento regional, não foi este, certamente, quem as impulsionou. A estagnação de muitas regiões não impediu que muitas IES desenvolvessem seus projetos. Neste sentido, a organização de espaços comunitários na área da educação pode ser entendida como uma mobilização cultural e política de populações que não se sentem devidamente incluídas ou contempladas pelas políticas públicas, dirigidas ao campo da educação.

A extensão, por sua vez, não vem recebendo valorização equitativa ao ensino e a pesquisa porque: as universidades se orientam pelo paradigma do ensino e da pesquisa; a opção pela implementação da extensão foi fruto de diversas circunstâncias por que passavam as universidades (orientações normativas da política para o ensino superior, visão de atores internos, pressão de atores externos, dificuldades financeiras, estratégias geopolíticas, etc.) e não da maturidade da instituição quanto às formas de cumprimento das suas funções sociais. Em decorrência de não existirem condições estruturais e institucionais tanto na universidade quanto na sociedade, é que se criaram concepções idealistas e práticas de extensão efêmeras à vida acadêmica.

Embora os esforços dos setores de extensão das universidades tenham sido grandes, em algumas instituições a extensão continuou envolvida por um caráter mercadológico, com oferta de muitos serviços a um mercado com capacidade de compra. Outras vezes elas representam atividades esporádicas, sem uma política ampla e marcada pela dimensão de militância.

Em termos mais concretos, podemos sintetizar que a extensão, nas universidades estudadas, se apresenta como a seguir. Na UCS, a extensão se constitui sua grife, revestindo-se de uma dimensão especial, ampla e, ao mesmo tempo, complexa por ter dificuldades de tornar-se elemento acadêmico/científico. A característica de sua extensão pode ser definida como de assistência social e de prestação de serviços. Na UCPEL, universidade de cunho confessional, a extensão é uma questão que precisa (re)fundar-se, efetivamente, tendo por base as novas perspectivas da política do ensino superior e o tratamento especial dado às fundações comunitárias democráticas com razão pública. O caráter de sua extensão é de ensino e assistência social.

Já na UNIJUÍ, a extensão está na razão da emergência da instituição e foi constituída com base em uma longa história de resistência junto a comunidades populares. Essas são as

que mais demandaram ações da universidade. A partir dos anos 1990 a universidade passou a dedicar seu fortalecimento interno e a pesquisa e as atividades de extensão mostram pouca articulação com o ensino e a pesquisa. As concepções ficaram sendo, então, muito idealistas e as práticas estão isoladas e com pouca ressonância no conjunto das atividades acadêmicas. A extensão vem sendo valorizada mais nas circunstâncias da ausência de ação do Estado na região com fins de resolução dos problemas sociais. Faltam maiores discussões sobre entendimentos sobre o papel da extensão na realização dos fins acadêmicos da universidade.

Com base na pesquisa realizada é possível, ainda afirmar que a extensão universitária é uma atividade que tende a se consolidar diante da complexidade das universidades, mas como complementação às funções de ensino e de pesquisa e como resposta aos desafios colocados à universidade, tanto por aqueles que querem flexibilidade, competição e eficiência, quanto por aqueles que dela exigem um caráter mais popular.

Referências bibliográficas

CHAUI, Marilena. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio (Org.). Universidade em ruínas – República dos Professores. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

COLEÇÃO DOCUMENTOS UNIVERSITÁRIOS. A extensão universitária – um canal de mão dupla. Fortaleza/CE: Editora da UFC, Nº 21(1986).

FRANCO, Maristela Dal Pai (Org) Condições de produção de pesquisa - quadro das universidades do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS: Unijuí, 1998.

SILVA, Enio Waldir; FRANTZ, Walter. As funções sociais da universidade – o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí/RS: Unijui, 2002.

SILVA, Enio Waldir. Extensão Universitária – concepções e práticas nas universidades gaúchas. Porto Alegre. UFRGS, maio de 2003. Tese de Doutorado.

GURGEL ROCHA, Roberto Mauro. Oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: Seminário - a universidade e o desenvolvimento regional. Fortaleza: Editora UFC, 1980.

HABERMAS, Jürgen. Mudanças estruturais da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

----- A idéia de universidade - processos de aprendizagem. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.S/L , S/E Vol. 74. Jan-Abr.1993.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

----- Da idéia de universidade a universidade de idéias. In: Pelas Mãos de Alice. São Paulo: Cortez, 1996.